

A HORA DA RETOMADA

ECONOMIA - BRASIL

“É cedo para novo acordo com o FMI”

Para o secretário de Assuntos Internacionais, Otaviano Canuto, investidores estrangeiros estão voltando

EDNA SIMÃO

BRASÍLIA – Lidar com um leque ampliado de informações e tomar rapidamente decisões foram os principais desafios que o economista Otaviano Canuto enfrentou ao deixar o cargo de professor na Universidade de Campinas (Unicamp) para assumir a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda. Canuto não se arrepende da escolha e a considera uma etapa crucial de sua formação profissional.

– Adaptei-me. Mas ainda me agonia o fato de ter acesso a um volume enorme de informações e ter de processá-las mais rapidamente e, talvez, com um grau de reflexão menos aprofundado do que quando estava na academia – reconhece.

Na secretaria, Canuto é responsável por negociações de acordos internacionais e pedidos de empréstimos ao Fundo Monetário Internacional. Em setembro, termina o acordo, fechado em 2002, para liberação de cerca de US\$ 30 bilhões entre o Brasil e o FMI. Por enquanto, garante o secretário, a renovação da linha de crédito não está na pauta de discussão com o organismo internacional.

No ano passado, o Brasil balançou diante da crise de confiança provocada pela campanha eleitoral. A incerteza quanto à condução da política econômica pelo PT provocou a fuga de muitos investidores estrangeiros do país. O Brasil ainda se recupera dos reflexos dessa turbulência, o que levou o Banco Central a reduzir a previsão de ingresso de investimentos estrangeiros para este ano de US\$ 13 bilhões para US\$ 10 bilhões. Conseguir taxas de crescimento superiores às atuais e avançar nos acordos internacionais são essenciais para a volta dos investimentos, avisa o secretário.

A seguir, os principais pontos da entrevista de Canuto ao Jornal do Brasil.

– Como os investidores se sentem hoje em relação ao Brasil?

– Da melhor forma possível. É importante separar o que são os dados de investimentos estrangeiros diretos no mês do que é a tendência geral. Está havendo uma retração dos fluxos de investimentos no mundo por conta da conjuntura internacional. Por outro lado, no caso específico do Brasil, o investimento direto externo tende a ser procíclico, ou seja, segue o ciclo de crescimento. O Brasil voltará a ser palco para investi-

mentos diretos externos à medida que haja um crescimento econômico com taxas mais aceleradas. É preciso ter uma taxa de crescimento maior que a vigente para ampliar o ingresso de investimentos. A previsão de crescimento do país neste ano está em torno de 2%. Para 2004, é de 3,5%.

– A volta do investimento ao Brasil depende também do crescimento mundial?

– É verdade. Depende do crescimento local e mundial. A previsão de entrada de investimento estrangeiro no país este ano caiu de US\$ 13 bilhões para US\$ 10 bilhões. Essa queda refletiu em grande parte a crise de confiança que o país atravessa.

CRESCIMENTO: Canuto reconhece que retomada no Brasil dependerá do cenário internacional, mas aposta em negociações comerciais

sou no ano passado. A crise foi debelada e agora os agentes econômicos estão revendo suas perspectivas de investimentos para o futuro no Brasil.

– Quando os investidores voltarão a confiar no país?

– Na medida em que o Brasil apresentar um crescimento maior. É isso que se espera a partir de agora. Não nos patamares, por exemplo, de 1998 (US\$ 28,856 bilhões) porque não temos privatizações para fazer no volume anterior e nem uma margem de conversão de

geiro no próximo ano?

– Podemos retomar a projeção de US\$ 13 bilhões, mas isso vai depender da evolução da conjuntura internacional. Atingir essa estimativa também está relacionado ao avanço do Brasil nas negociações comerciais, fator que pesa nas decisões de investimento. Quanto mais o governo avançar nas negociações internacionais em curso, mais será favorecido como sítio de atração desses investimentos.

– Dúvidas sobre regras para investir em setores como telefonia podem prejudicar a entrada de investimentos?

– Este foi um capítulo das grandes dúvidas a respeito do país que surgiram no ano passado. A partir do momento em que se desdobra o processo de reordenamento na área de energia e de telecomunicações, essas dúvidas se dissipam e o quadro fica claro de novo.

– O superávit em transações correntes de US\$ 882 milhões em maio dá mais tranquilidade ao governo para fechar as contas do semestre?

mais próximo de setembro.

– Qual foi o resultado prático do encontro entre o presidente Lula e o presidente americano, George Bush?

– Dois pontos foram marcantes para o governo. Um foi a percepção do Brasil e dos Estados Unidos quanto à viabilidade de assinar o acordo para criação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) dentro do prazo previsto (2005). As duas partes entendem que alguns pontos poderão ser negociados no âmbito da Organização Mundial de Comércio. Existe um conjunto de interesses convergentes suficientemente significativo para que as partes cheguem a um acordo. O outro ponto positivo foi o apreço manifestado pelos EUA à boa gestão macroeconômica. Isso pode beneficiar a América do Sul. Todos que têm interesse na região têm manifestado alívio com a qualidade da gestão do Brasil.

– Economistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento acreditam que o Brasil ganharia com a Alca apenas se fosse negociada a questão do subsídio agrícola com os Estados Unidos. Como o senhor analisa isso?

– O ganho máximo seria esse, mas às vezes o ótimo é inimigo do bom.

– Os Estados Unidos podem rever sua posição em relação aos subsídios?

– Tem um espaço de melhora na oferta americana com o Mercosul na área de tarifas e barreiras não-tarifárias em muitos segmentos. Caso isso ocorra, a pressão sobre os subsídios vai crescer muito. Já é um avanço significativo o governo conseguir uma oferta mais adequada na área de acesso ao mercado que cite tarifas e barreiras não-tarifárias.

– Qual a importância de se chegar ao consenso quanto à Alca para o Brasil?

– O avanço na Alca vai favorecer o Brasil em outras negociações internacionais. Sabemos que a probabilidade de avanço nas negociações do Mercosul com a União Europeia está em relação direta com o avanço na Alca. É uma condição necessária para o investimento.

– E como fica o Mercosul diante da Alca? Perde a força?

– Será reforçado por esse processo. A negociação em conjunto e a perspectiva de crescimento dos quatro países do bloco (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) ajuda a retomar a agenda acordada em governos anteriores e prejudicada provisoriamente pela crise profunda que os atingiu.

esimao@jb.com.br



“É preciso ter uma taxa de crescimento maior que a vigente para ampliar o ingresso de investimentos”

“Há investidores esperando as mudanças nas regras dos setores de energia e telecomunicações para aplicar aqui”

“O ganho máximo seria a abertura agrícola dos EUA, mas às vezes o ótimo é inimigo do bom”

dívidas das empresas em investimentos. Teremos, a partir de agora, investimento num patamar mais baixo, mas suficiente para cobrir eventuais necessidades de conta corrente nos próximos anos.

– O senhor acredita que o país tem condições de receber US\$ 1 bilhão em investimento por mês até o fim do ano e, assim, cumprir a previsão de US\$ 10 bilhões?

– É possível porque, a cada dia, tem ficado claro para os investidores externos que o governo vem fazendo tudo o que é necessário para o país voltar a crescer. A cada mês, acumula-se boas notícias neste campo. Quanto mais se consolida o cenário de desenvolvimento sustentável, decisões postergadas serão revistas. Até o fim do ano, devem ficar claras as regras para investimentos em setores como energia e telecomunicações. Há investidores esperando as alterações nas regras para aplicar dinheiro no país.

– Quanto o país poderá receber em investimentos estran-

– Hoje, o quadro é de ingresso de capital, é de normalização das relações de crédito. O dinheiro está voltando ao Brasil.

– A conta de capital e finançeira, na qual é possível verificar a entrada e saída de dólares no país, é uma preocupação para o governo? O país precisará recorrer novamente ao FMI?

– Não vemos problema na conta de capital, mesmo com um patamar mais baixo de entrada do investimento estrangeiro no país. Caso a conta-corrente venha a apresentar déficit mais elevado, o que poderá acontecer com o crescimento da economia no fim do ano, a retomada do fluxo de crédito privado no exterior, somada ao fluxo remanescente do investimento externo, será suficiente para o país fechar as contas. Estamos tranquilos quanto ao balanço de pagamentos.

– O governo vai negociar a renovação do acordo com o FMI, que termina em setembro?

– Ainda não é o momento. Não entrou na pauta de discussão. Se for entrar, vai ser bem